

FMI amplia a estada no Brasil

por Marcos Magalhães
de Brasília

No seu segundo encontro da semana com o chefe da missão do Fundo Monetário Internacional, Thomas Reichman, realizado na manhã da última sexta-feira, a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, procurou exaltar as qualidades do plano de estabilização econômica do governo. Os resultados já começaram a aparecer, relatou a ministra, e o programa tem todas as qualidades para ser apoiado pelo FMI.

"Nosso plano é consistente, e o Fundo não pode deixar de apoiá-lo", disse Zélia a Reichman, segundo relato do porta-voz do Ministério da Economia, Marcos Caramuru. A ministra chegou a afirmar, após uma exposição da política de combate à inflação, que

Reichman foi lacônico. "A discussão ainda é muito preliminar", afirmou o chefe da missão antes de embarcar em um táxi estacionado perto da portaria. "Ainda falta muito para chegarmos à análise dos números", informou. Ao contrário da previsão inicial, segundo a qual Reichman viajaria de volta aos Estados Unidos no dia 17, ele ainda deverá permanecer no País por duas semanas, mantendo contatos com autoridades e colhendo dados adicionais.

O representante do Fundo pediu projeções para o ano que vem relativas principalmente ao orçamento da União.

As perspectivas da economia brasileira para 1991 foram o principal tema da reunião. Zélia assegurou a Reichman que existem boas perspectivas de obtenção de um superávit orça-

çarão a ser cobrados pelo governo.

O chefe da missão do FMI quis saber que nível de atividade econômica poderia ser mantido em 1991. A ministra condicionou a retomada do crescimento à garantia da estabilização dos preços. Ela referiu-se também, brevemente, ao lançamento da nova política agrícola, que deverá garantir o abastecimento do mercado no ano que vem.

Zélia explicou, por outro lado, que o governo está disposto a analisar o que pode ser colocado na mesa de negociações, em alusão indireta às conversas com a comunidade financeira. Referindo-se implicitamente às posturas tradicionais do FMI, segundo comentou o porta-voz Marcos Caramuru, a ministra fez uma diplomática advertência. "Não podemos aceitar